

As Missões e Capacidades das Forças Armadas Portuguesas no Arquipélago dos Açores*

José Romão Mourato Caldeira

Tenente-General. Comandante Operacional dos Açores.

Resumo

O inegável valor geoestratégico dos Açores permitiu que, ao longo da História, Portugal se libertasse duma condição periférica no continente europeu, assumindo uma posição central de caráter eminentemente atlântico.

As Forças Armadas, para além das suas atribuições na área da defesa da integridade territorial, fiscalização, busca e salvamento, têm atuado, sempre que necessário, em ações de apoio à proteção civil nos casos de acidente grave, catástrofe ou calamidade pública.

Reconhece-se que a faceta mais visível da atuação das Forças Armadas é aquela que respeita à execução de tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria de qualidade de vida das populações.

As Forças Armadas na Região Autónoma dos Açores estão organizadas numa estrutura marcadamente operacional, através de um Comando Operacional Conjunto e dos Comandos de Componentes Naval, Terrestre e Aérea.

A sua atuação pauta-se pela disponibilidade, abnegação e vontade de bem servir, gerindo os recursos disponíveis com vista à manutenção e, quando possível, melhoria das capacidades instaladas, tendo sempre em mira o cumprimento da missão.

Abstract

Missions and Capabilities of the Portuguese Armed Forces in Azores

Throughout history, Azores undeniable geostrategic value has allowed Portugal to escape from a marginal position in the European continent, assuming an eminently Atlantic character.

Beyond the defense of territorial integrity, Portuguese Armed Forces have been involved, whenever necessary, in search and rescue, and disaster relief operations.

It is generally accepted that the most noticeable missions and tasks of the Armed Forces are those related with satisfying basic needs and improving the quality of life of the local population.

In Azores, the Armed Forces have an operational structure, through a Joint Command and three Component Commands (maritime, land and air).

The military posture in Azores is characterized by adjectives such as availability, commitment and will to serve and perform well, managing the available resources with the aim of keeping and improving, when feasible, the current capabilities, always with the objective of accomplishing the mission.

* O presente artigo, que teve a coordenação do Comando Operacional, foi possível graças à prestimosa colaboração da Zona Marítima dos Açores, Zona Militar dos Açores e Zona Aérea dos Açores, através dos seus contributos nas áreas específicas, os quais agradeço.

Introdução

Portugal, sendo um país periférico em relação ao continente europeu, tem valorizado a sua situação geoestratégica com base na sua centralidade atlântica. Assim, o “triângulo estratégico, formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores” (CM, 2013: 20) é incontornável no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). Por sua vez, este triângulo constitui-se como vértice de um triângulo mais vasto, formado pelos blocos económicos africano, latino-americano e europeu.

Assim, neste entendimento nacional sobre o posicionamento de Portugal no mundo, facilmente se compreende que o Arquipélago dos Açores possui uma importância crucial. Da sua localização geográfica deriva a grande importância que sucessivamente lhe foi atribuída ao longo dos tempos. Referimo-nos, por exemplo, ao apoio logístico prestado às ligações marítimas, desde o século XV; à passagem de cabos submarinos pelo arquipélago, desde finais do século XIX; ao apoio logístico prestado, na Primeira Guerra Mundial, aos navios Aliados envolvidos na guerra antissubmarina e aos comboios navais de transporte de tropas entre a América e França.

Já na Segunda Guerra Mundial, o arquipélago foi de novo relevante na luta antissubmarina e teve um papel importante na invasão da Europa através do Mediterrâneo, em que Howort compara os Açores a uma autêntica esquadra de porta-aviões.

Durante a Guerra Fria, manteve uma elevada importância, tendo sido um dos principais fatores contributivos para que Portugal fosse membro fundador da OTAN. Aquando da Guerra do Yom Kippur, mais uma vez se revelou fundamental, possibilitando a passagem dos apoios militares a Israel, bem como na Primeira Guerra do Golfo, em 1991, para o apoio ao transporte estratégico dos EUA para aquele Teatro de Operações.

Atualmente, os Açores potenciam uma nova demarcação da Plataforma Continental e, conseqüentemente potenciam a exploração de recursos marítimos, cujo valor, ainda por determinar, poderá revestir-se de grande importância para Portugal, mas que forçosamente obrigará a uma maior afetação de meios permanentes no arquipélago.

As Forças Armadas nos Açores, para além da missão de defesa da integridade territorial, estão preparadas para, se necessário, apoiar as autoridades e organismos civis em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade pública, bem como em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, sendo o seu treino dirigido de maneira a contemplar todas estas vertentes.

Assim, neste artigo, procura-se dar a conhecer e refletir sobre as Missões e Capacidades das Forças Armadas portuguesas no Arquipélago dos Açores.

Abordam-se as principais entidades militares implantadas nos Açores, a sua organização, com vista ao cumprimento das missões que lhe são cometidas, sem descuidar o necessário enquadramento histórico, nem as perspetivas futuras da atuação das Forças Armadas no arquipélago.

Para além da presente introdução, em que se apresentam o tema e os objetivos do artigo, procura-se refletir sobre a importância geoestratégica dos Açores, fazendo uma retrospectiva histórica e perspetivando os desafios vindouros. Nas secções seguintes, faz-se uma breve resenha histórica e descrevem-se as missões e a natureza operacional das principais entidades militares que operam no arquipélago, ou seja, Comando Operacional dos Açores (COA) e as componentes naval, terrestre e aérea. Por fim, tecem-se algumas considerações.

A Importância dos Açores

Portugal poderá ser considerado, numa primeira análise e sobre algumas perspetivas, designadamente a geográfica e económica, um país pequeno e periférico, especialmente se comparado com os países do centro da Europa. É imperativo do próprio país proceder ao seu “reposicionamento”, procurando uma centralidade que seja compatível com os seus interesses, no sentido da satisfação do seu povo, “das aspirações humanas fundamentais: a Segurança, a Prosperidade e o Bem-Estar ou, numa palavra, o Bem Comum” (Nogueira, 2005: 25).

A valorização geoestratégica de Portugal tem passado pela busca de um espaço apropriado. Neste sentido, tem-se procedido a uma valorização atlântica, tal como se retira do CEDN: “o Atlântico é um espaço de estabilidade e segurança na política internacional. No Atlântico Norte, as democracias ocidentais formam uma comunidade de segurança única, que constitui um centro de estabilidade indispensável para a ordem internacional” (CM, 2013: 14).

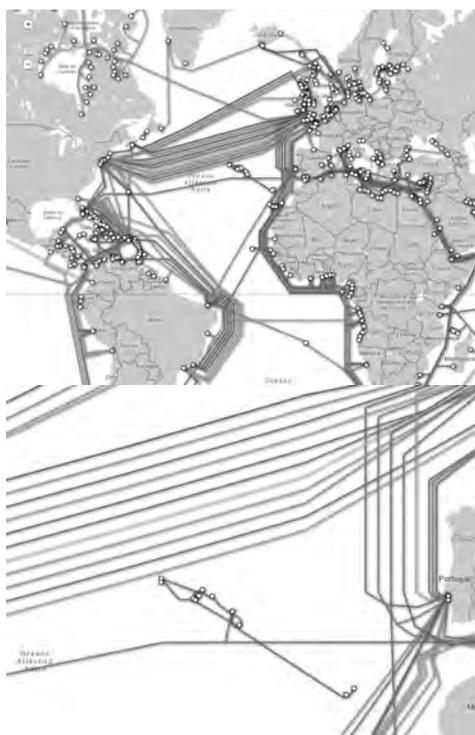
Neste mesmo documento encontramos a geografia nacional de base: “a geografia do espaço nacional, definida pelo «triângulo estratégico», formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores” (CM, 2013: 20).

Contudo, este “triângulo estratégico” não deve ser entendido como sendo estático, mas antes como sendo capaz de se estender por uma zona de interesse muito mais alargada, pois conforme afirma Pires Neves “também temos um conjunto de fatores cuja combinação é poderosa: a posição geoestratégica que nos faz funcionar como uma plataforma giratória entre os blocos económicos europeu, africano e latino-americano é um ativo impagável”. Assim, Portugal “embora periférico no campo económico ambiciona a ter função própria e a constituir-se em País de articulação e fronteira com o outro lado do Atlântico Norte, mas também, com as regiões amigas do Norte de África e, seguramente, com as da África Ocidental e Austral e do Atlântico Sul onde, em língua portuguesa, mais *de cinco soberanias se expressam*” (Moreira e Ramalho, 2011: 282).

Tiago Cunha (2004: 44) vai ao ponto de afirmar que “com um território continental exíguo e desprovido de relevantes recursos naturais, com dois arquipélagos e com uma imensa área marítima a ligar as suas diferentes unidades territoriais, Portugal pode configurar-se como um Estado quase arquipelágico. A área marítima sob jurisdição nacional é dezoito vezes a área do nosso território terrestre, e corresponde a mais de metade do conjunto de toda a área das Zonas Económicas Exclusivas dos Estados membros da União Europeia”.

Assim, o Arquipélago dos Açores possui uma importância crucial neste entendimento nacional sobre o posicionamento de Portugal no Mundo. “Na realidade, desde 1870 que a posição estratégica das ilhas açorianas era reconhecida no setor das comunicações. São conhecidas pelo menos sete concessões para utilizar os Açores como ponto intermédio de um cabo Europa/América” (Rezendes, 2014: 25). Atualmente, a sua importância mantém-se, pela passagem de cabos submarinos na proximidade do arquipélago, sendo mesmo a de maior densidade do Mundo.

Figura 1 – Passagem de Cabos Submarinos no Atlântico e sua Proximidade com a RAA



Fonte: <http://www.submarinecablemap.com/>

Também os alemães olharam para os Açores como plataforma importante para apoiar as suas intenções expansionistas. Segundo Norman Herz, tal facto “chegou a ser discutido pelo almirantado alemão, durante os *Winterarbeiten* de 1897-98 (manobras de inverno), que num cenário de ataque aos Estados Unidos, seria necessário ter uma base naval nos Açores para possibilitar o abastecimento da esquadra de ataque. (...) De facto os Açores tinham uma localização perfeita para a localização de uma base operacional de submarinos a operarem no Oceano Atlântico e para lançarem ataques sobre as costas americanas” (Momentos de História, 2013).

António Telo (1993) diz-nos que os Açores se tornam o centro das relações bilaterais entre Portugal e Inglaterra desde 1898. Inglaterra é ainda nessa altura a maior potência naval mundial e não carece de fazer base nos Açores para exercer esse primado, mas assiste com preocupação ao crescimento acelerado da capacidade naval da Alemanha, numa altura de grande tensão entre as potências coloniais devida à divisão de territórios na África austral. Ou seja, Inglaterra não estaria interessada nesta altura em fazer uso dos Açores, não ambicionaria a sua ocupação, nem tampouco a simples implantação duma qualquer base, mas tão somente assegurar a sua negação às potências rivais, entendendo que, para aquelas, o arquipélago português seria uma autêntica porta de entrada no Atlântico, porta essa que uma vez ultrapassada permitiria o avanço sem reservas para sul.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o papel dos Açores foi muito relevante. De acordo com Rezendes (2014: 281), a “realidade da Grande Guerra nos Açores foi bem mais complexa, (...) a importância geoestratégica das ilhas, sobretudo no apoio logístico a embarcações e nas comunicações”. A posição privilegiada do arquipélago, “a capacidade de reabastecimento de navios em Ponta Delgada, a localização de centrais de comunicação por cabo submarino e TSF na Horta (...) eram fatores estratégicos que as tornavam alvos dos submarinos alemães. Além destes alvos acrescia o grande número de comboios navais com transportes de tropas entre a América e França, desde 1917”.

A importância do arquipélago ainda seria aumentada no final do conflito, com o envolvimento dos EUA, “Em abril de 1917, os EUA entrariam declaradamente no conflito (...). De periféricos no teatro de operações, os Açores tornar-se-iam num importante ponto de reabastecimento de submarinos no alto mar. As ilhas passariam a integrar as principais preocupações americanas, da defesa das suas próprias costas, no apoio logístico aos transportes de tropas e até mesmo na possibilidade de auxiliar os ingleses no acesso vital aos seus portos” (Rezendes, 2014: 179).

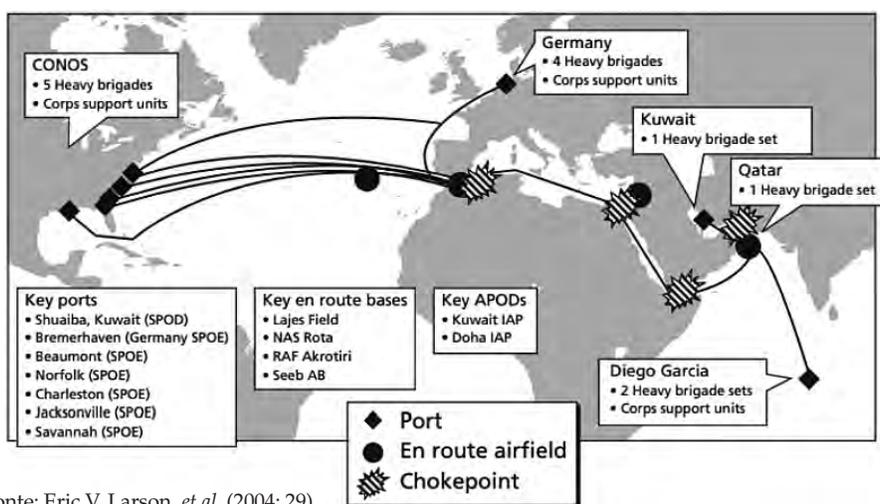
Passados pouco mais de 20 anos, o valor estratégico deste pedaço de território português voltou a ser confirmado. De acordo com Adriano Moreira, “a segunda guerra mundial, de 1939-1945, já mostrou outro exemplo de poder funcional geográfico” (Moreira *et al.*, 2011: 13). Para Telo, Hitler “(...) considera os Açores essenciais, como único ponto a partir do qual se pode atacar os EUA pelo ar” (Soares, 2012: 9). Ainda na sequência deste conflito e de acordo com o mesmo autor, é conhe-

cido que, em maio de 1941, Franklin Roosevelt manda preparar uma força para ocupar os Açores, defendendo que se os Açores fossem ocupados pela Alemanha ameaçariam “diretamente a liberdade do Atlântico e a nossa segurança física”, portanto, “o mais elementar senso comum exige a adoção de uma estratégia que impeça um tal inimigo de ocupar estes pontos antecipadamente” (Soares, 2012: 9). Poder-se-ia ainda falar do papel do arquipélago na invasão da Europa pelo Mediterrâneo ou, quando assumiu relevo na luta antissubmarina. São famosas as palavras de Howort ao afirmar que Portugal possui no meio do Atlântico, “(...) uma autêntica esquadra de porta-aviões e muito menos vulneráveis do que aqueles que se constroem nos estaleiros” (Soares, 2012: 9-10).

É largamente consensual que Portugal foi país fundador da OTAN, em 1949, muito devido ao valor geoestratégico dos Açores. Posteriormente, de acordo com Adriano Moreira, a Guerra do Yom Kippur veio dar nova importância aos Açores, pelo facto de a Espanha não autorizar a passagem dos socorros militares para Israel, tendo sido os Açores usados para o efeito (Moreira *et al.*, 2011: 14). Destaca-se que, segundo S. Marques, “o Estado de Israel deve a sua sobrevivência à possibilidade de, com o apoio de Portugal, se estabelecer a ponte aérea que permitiu que o exército israelita se recuperasse das baixas terríveis que foram infligidas por sírios e egípcios em Outubro de 73” (citado em Soares, 2012: 37).

Durante a Primeira Guerra do Golfo, em 1991, a Base Aérea (BA) das Lajes teve um papel importantíssimo no apoio ao transporte estratégico dos EUA, passando por aquela base boa parte do fluxo de tropas e equipamentos em direção àquele Teatro de Operações.

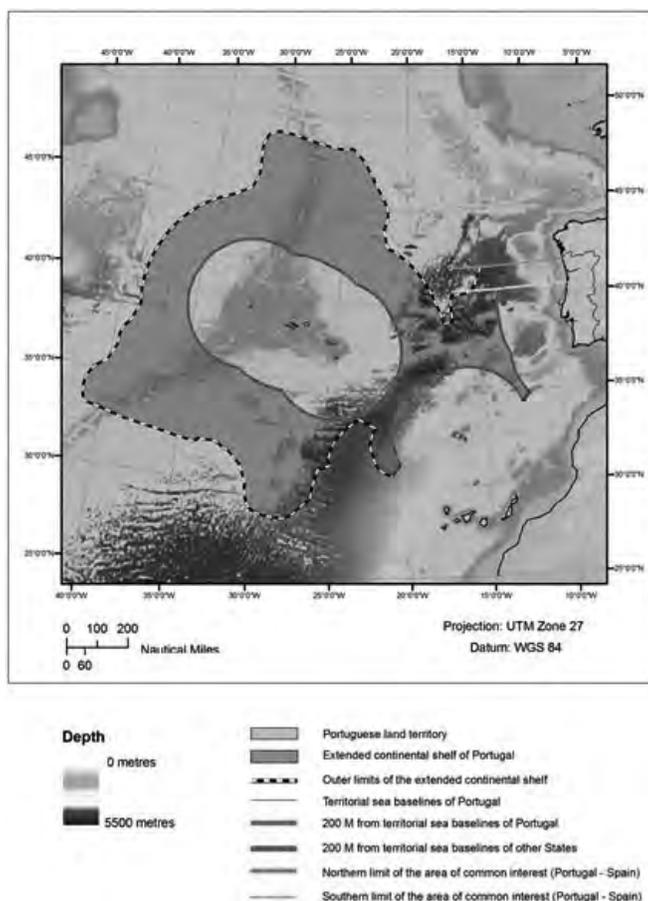
Figura 2 – Rotas de Tropas e Equipamento dos EUA durante a I Guerra do Golfo



Fonte: Eric V. Larson, *et al.* (2004: 29).

Analisando a importância dos Açores no ponto de vista dos recursos marítimos, facilmente se atesta da sua importância estratégica. A dimensão que a Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Portugal possui é devida à localização geográfica do arquipélago açoriano. De acordo com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), a 11 de Maio de 2009, Portugal apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental nas Nações Unidas a sua Proposta de Extensão da Plataforma Continental. Pretende-se colocar sob jurisdição nacional uma área marítima total de 302.740,8 km² (14,9 vezes a área de Portugal continental), tornando-a a décima maior do mundo.

Figura 3 – Comparação entre as Áreas da Atual ZEE e a Proposta de Extensão da Plataforma Continental



Fonte: <http://www.emepc.pt/a-submissao-portuguesa>

Ainda de acordo com a EMEPC, os benefícios decorrentes do Projeto de Extensão da Plataforma Continental terão a sua máxima expressão nas gerações futuras. A exploração de recursos minerais é um dos pilares de desenvolvimento das sociedades e, esta nova jurisdição sobre mais território marítimo proporcionará novas oportunidades no acesso a recursos naturais com elevado potencial económico. Na opinião de Pires Neves, “A entrada em vigor da conhecida Convenção de Montego Bay ou Lei do Mar, marca na realidade o início de uma fase radicalmente diferente do Direito do Mar, não só pelos conceitos aprovados, mas sobretudo pelo estabelecimento de uma “nova ordem” na utilização na apropriação dos espaços marítimos sob uma perspetiva também diferente de diálogo e cooperação internacional” (Moreira e Ramalho, 2011: 288).

O Comando Operacional dos Açores (COA)

Breve Resenha Histórica

O COA foi criado pelo Decreto-Lei 48/93, de 26 de fevereiro, contando portanto atualmente com 22 anos de existência.

Naturalmente que, não se pode falar de História quando nos reportamos a um período tão breve quanto este de 22 anos. Ainda que se pudessem abordar as diversas intervenções encetadas ou coordenadas pelo COA nesse espaço de tempo, tal apenas propiciaria, por enquanto, um resumo estatístico da sua atividade, uma espécie de sumário dum conjunto de relatórios de atividades anuais.

Assim, será vantajoso, no plano histórico e organizacional, indagar acerca das estruturas e instituições que antecederam o COA, percebendo o atual Comando como sendo o resultado dum processo evolutivo, muitas vezes adaptativo a relevantes eventos.

As fontes mais comuns dizem-nos que o COA encontra a sua génese no ano de 1901, altura em que se deu uma reestruturação do Exército, sendo criado o Comando Militar dos Açores (CMA), com sede em Angra do Heroísmo.

Poderíamos remontar mais um pouco, escolhendo outras datas relevantes como marcos de partida, o ano de 1766, quando se dá a implantação da Capitania Geral dos Açores ou, o ano de 1832, altura da sua extinção. Contudo, entendemos que a prospeção do século XX será suficientemente rica para perceber o já aludido processo evolutivo e adaptativo de que resulta o COA.

Começemos pois por 1901 e questionemos: Porquê um CMA neste ano?

O Reino Unido não estaria interessado nesta altura em fazer uso dos Açores mas, pretendia assegurar a sua negação às potências rivais, nomeadamente à Alemanha, cujo aumento da capacidade naval começava a ser preocupante. Entendia o Reino Unido que o acesso ao arquipélago português por uma potência rival poderia colocar em causa o seu domínio sobre os territórios de África. O Rei D. Carlos privilegiou o relacionamento com o Reino Unido, assegurando apoios e empréstimos

financeiro ao nosso Estado quase falido. Nessas complexas negociações, muitas foram as ocasiões em que foram acordados direitos alfandegários das ilhas, ou a possibilidade do seu uso, tanto em proveito próprio como alheio.

É assim que, brevemente explanado o contexto nacional e arquipelágico do início do século XX e em jeito de provocação intelectual, questionamos: terá sido porventura um acaso de disponibilidade de agenda o facto de que a única visita régia aos Açores tenha ocorrido em 1901? E a constituição do CMA?

O pensamento político do início do século XX terá considerado que a situação no continente europeu era estável, pelo que com naturalidade se desenhou uma estratégia genética baseada na criação de contingentes a destacar para as ilhas e para os territórios ultramarinos, a par duma capacidade naval capaz de os movimentar.

A dureza da realidade financeira e económica do Estado, ou seja, a sua fragilidade, impediu numa primeira instância a concretização dum pensamento que parecia lógico. O turbilhão político em que o país mergulhou logo de seguida acabou por escrever o epitáfio daquela estratégia. Ao regicídio seguiu-se o fim da monarquia, substituída por uma República que demorou a estabelecer-se e que de forma bastante atribulada foi conhecendo sucessivos governos e lidando com revoltas, contrarrevoltas e intentonas.

Chegado o ano de 1926 dá-se o bem-sucedido golpe militar liderado pelo General Gomes da Costa, o qual, conhecedor profundo da organização política, mas sobretudo da militar, promoveu uma reestruturação do Exército com vista a garantir alguma estabilidade, entendida como a possibilidade de rapidamente controlar qualquer tentativa de levantamento, tendo conseguido efetivamente o seu propósito. Assim, da referida reestruturação do Exército resultou que o CMA passou a designar-se Governo Militar dos Açores.

As breves resenhas históricas existentes acerca do COA remetem nesta altura para o Ano de 1937, referindo a constituição dum CMA. Contudo, consideramos de grande oportunidade entender o que motiva esta mudança e perceber que tal não constitui uma mera alteração de designação. Impõe-se pois uma referência ao ano de 1931, o ano da Revolta das Ilhas.

Esta revolta teve início na Madeira, alastrou aos Açores e também à Guiné, a Moçambique e a São Tomé. Ainda que nos Açores a revolta tenha sido facilmente controlada e sem combates a registar (no caso da Madeira o levantamento durou cerca de um mês). Esta revolta teve algumas consequências significativas, a título de exemplo, no plano financeiro foi revogado o direito à moeda insulana.

Ao nível da organização militar, foi extinto o Governo Militar dos Açores e foram criados três Comandos Territoriais, o Oriental, o Central e o Ocidental, dependentes do Governo Militar de Lisboa, verificando-se assim uma verdadeira redução de autonomia, competências e meios atribuídos.

Os anos que se seguiram foram de estabilização do regime, como exemplo temos a aprovação da Constituição de 1933, que tem como alguns dos principais pontos a deposição dos governadores gerais, a centralização do Poder Nacional nas Forças Armadas e a militarização dos órgãos públicos.

Posteriormente, por um breve período, assiste-se ao rearmamento do Exército e ao insucesso dos esforços da Componente Naval que pugnava pelo financiamento necessário à modernização da esquadra que há muito tardava. Foi assim, neste contexto geral, mas com uma aparente estabilidade, que em 1937 se constituiu (de novo) o CMA.

Pouco tempo passará até que a tumultuosa Europa se transfigure na Europa de ferro e de fogo com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, que vem surpreender Portugal e impedir a conclusão dum programa de rearmamento que estava em curso. Ainda que parcialmente rearmado, o material do nosso Exército era essencialmente alemão e naturalmente, as aquisições deixaram de ser possíveis.

Por outro lado, o desinvestimento na Componente Naval, a par da ligação histórica à construção naval inglesa, resultou numa substantiva inferioridade de capacidades perante os seus vizinhos europeus, inferioridade essa que é agravada por deixar de poder contar com o apoio direto de Inglaterra, o que se compreende pelo seu nível de envolvimento no conflito.

A Grande Exposição do Mundo Português, de 1940, poderia indiciar um nível de severo alheamento da realidade por parte do poder instituído, nomeadamente perante as incógnitas quanto a posturas mais ou menos belicistas das potências continentais. Contudo, a evidência de que seria impossível conter uma invasão ao território continental obrigou à aplicação do conceito estratégico de profundidade territorial. Alguns séculos antes o conceito foi explorado até ao Brasil, desta feita sê-lo-ia até às ilhas, especialmente até aos Açores, talvez numa tardia, mas definitiva, assunção do pensamento de Vitorino Nemésio: “A geografia para nós vale outro tanto como a história, os nossos ossos mergulham no mar” (Almeida, 1983). Assim, ainda que o reforço da posição nas ilhas apenas se tenha dado a partir de Abril de 1941, em vagas sucessivas até novembro do mesmo ano, é no ano de 1940 que se dá a transferência da sede do CMA de Angra do Heroísmo para Ponta Delgada.

A desmobilização das Forças Expedicionárias ocorrerá em 1947, altura em que os Comandos Militares dos Açores e da Madeira são colocados na direta dependência do Ministro da Guerra. Depois, em 1952, o Comandante Militar dos Açores passa a ter a designação de Governador Militar dos Açores, com responsabilidades ao nível da defesa geral do arquipélago, acumulando o Comando das Forças do Exército. No período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial assistiu-se a um imparável redesenhar de fronteiras, não apenas na Europa, como resultado direto do conflito, mas também à bipolarização leste-oeste, à pressão colocada sobre países coloniza-

dores, quer na Ásia quer em África, por movimentos independentistas ou nacionalistas, e ainda pela Comunidade Internacional no sentido de proceder à descolonização.

É neste contexto que, chegados a 1960, se dá uma nova reorganização com vista a tornar mais eficaz a ação de geração de forças, ou seja, o recrutamento, adestramento, movimentação ou mobilização, mas também a manutenção e logística de sustentação, sendo esta a génese do Comando Territorial Independente dos Açores (CTIA).

Ao longo desta breve resenha histórica tentou-se colocar a tónica no facto de que sempre que algo de excepcional influenciou o Estado Português, do ponto de vista interno ou externo, esse evento levou uma reestruturação militar e, os Açores não foram exceção.

Assim, é quase intuitivo afirmar que a mudança que se seguiu teve lugar após o golpe militar de 1974. É de facto em 1975 que se dá a separação entre o Governo Militar dos Açores e o CTIA, considerando-se que a acumulação de funções não facilita o cabal exercício do Comando das Forças Terrestres. No entanto, ainda se previa que na eventualidade do Governador Militar fosse um oficial general do exército haveria lugar ao acumular de funções.

Já em 1980, aquando da criação do Comando Chefe das Forças Armadas nos Açores, dá-se uma separação definitiva de funções, dotando-se aquele Comando dum órgão próprio, o qual, no que respeita à localização física, irá permanecer no Forte de São Brás até 1986, ano da construção de instalações dedicadas na Grotinha. É neste local que fica instalado o COA, no seguimento da promulgação da Lei Orgânica do EMGFA de 26 de fevereiro de 1993, data da criação do COA.

Missões e Natureza Operacional

O COA é um órgão de comando e controlo de natureza conjunta, relativamente pequeno, integra a estrutura do EMGFA, com uma estrutura orgânica pessoal que, em tempo de paz, contempla um efetivo da ordem das quatro dezenas de militares e civis, podendo o seu efetivo crescer, em tempo de crise, e ser reforçado, em qualquer momento, com forças e meios.

A sua principal missão é efetuar o planeamento, o treino operacional conjunto e o emprego operacional das forças e meios que lhe sejam atribuídos, visando a defesa militar do Arquipélago dos Açores.

Coordena o apoio a prestar pelas Forças Armadas, quando necessário, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) e Autoridades Cíveis, em caso de acidente grave, catástrofe, calamidade pública e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria de qualidade de vida das populações.

Atendendo à missão que nos está cometida, relevam-se as ações no âmbito da segurança humana, como as missões de busca e salvamento e de transportes e evacua-

ções sanitárias, a cargo das Componentes, com base num dispositivo que todos os dias materializa a salvaguarda da vida humana, como a primeira prioridade e que, nos Açores, pela sua especificidade morfológica e climatérica, ganha especial relevância no esforço que os militares lhe dedicam.

O COA planeia e executa os Exercícios da série “AÇOR” que se destinam a exercitar a sua estrutura de comando bem como as três Componentes sendo que, os exercícios alternam entre as temáticas da “defesa” e do “apoio às autoridades civis”, neste último caso, com a participação regular do SRPCBA. As Componentes, para além dos seus treinos internos, cumprem o plano anual de treino operacional conjunto entre as Componentes Naval e Terrestre (treino “FOCA”), entre as Componentes Naval e Aérea (treino “GAIVOTA”) e entre as Componentes Terrestre e Aérea (treino “CANÁRIO”). As três componentes executam, igualmente, treino operacional na área das comunicações, através dos treinos “PARDAL”.

Não obstante o carácter essencialmente militar, inerente à defesa da RAA, de que estes treinos e exercícios conjuntos se revestem, não se descarta o treino de procedimentos nem o exercício de capacidades suscetíveis de contribuir em ações de proteção civil e noutras missões de interesse público.

O COA possui uma estrutura e dimensão flexíveis, podendo ser reforçado, com vista a fazer face a eventuais crises, tendo presente que, “situando-se a crise entre a normalidade e a guerra, a urgência de decisões imediatas e a aplicação dos meios adequados de resposta, no sentido do restabelecimento da situação anterior, ou da salvaguarda dos interesses postos em causa, impõe a definição de uma estrutura que (...), abranja todas as componentes necessárias à gestão de crises, com adaptabilidade à sua natureza” (Nogueira, 2005: 233).

A Componente Naval nos Açores

Breve Resenha Histórica

As raízes do atual Comando da Zona Marítima dos Açores remontam ao início do século XX e foram determinadas pela entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Neste conflito de proporções globais a Marinha Portuguesa atuou, com os seus poucos meios, na escolta dos comboios de tropas que se dirigiam para África e para a França e no apoio às operações contra os alemães no norte de Moçambique.

No seguimento de uma frenética corrida às armas por parte das grandes potências europeias no século XX, a Marinha de Guerra inicia um processo de reformulação do seu conceito estratégico, que resultou na necessidade de proceder a uma reorganização profunda da sua estrutura e da sua esquadra, estabelecendo-se igualmente, a necessidade de dispor de uma efetiva capacidade submarina.

Pretendia-se garantir a praticabilidade dos portos nacionais e garantir a segurança nas ligações comerciais desde Lisboa até aos Açores, à Madeira e restante império.

A importância estratégica dos Açores durante a Primeira Guerra Mundial reforça-se grandemente com o advento das comunicações por cabo submarino e pelos primeiros passos da “telefonia sem fios”. É de referir que no início do conflito, grande parte dos cabos submarinos, que garantiam as comunicações das potências europeias (incluindo o Império Germânico) com o continente americano, passavam pelo arquipélago dos Açores. Deste modo, os Açores reforçam o seu já tradicional papel de plataforma logística avançada, em apoio às Marinhas de Guerra Aliadas. Na sequência da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, os Açores passam a ser alvo de ataques frequentes por submarinos alemães contra portos comerciais como Ponta Delgada. Para coordenar a defesa marítima do arquipélago é criado em 1918, o Comando da Defesa Marítima dos Açores¹ (CDMA). Este comando, localizado em Ponta Delgada, era exercido por um Comodoro da classe de Marinha que superintendia os Comandos da Defesa Marítima de Ponta Delgada, da Horta e Angra do Heroísmo, os quais eram comandados pelos respetivos Capitães de Porto.

Com o final da guerra, o CDMA é extinto a 06 de Janeiro de 1919, para ser recriado em plena Segunda Guerra Mundial e voltar a ser extinto em 1946. Em 1953, (DR, 1953), é novamente criado em Ponta Delgada o CDMA, agora com carácter permanente, ficando subordinado o Comando da Defesa Marítima do Porto de Ponta Delgada. Em 22 de Julho de 1957 são inauguradas as atuais instalações na mesma cidade. No ano seguinte, é extinto o Comando da Defesa Marítima dos Açores e criado o Comando Naval dos Açores² (CNA), ao qual estavam subordinados os Comandos de Defesa Marítima dos Portos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Vila do Porto, e mais tarde o de Santa Cruz das Flores³, em 1967.

Esta designação de CNA manteve-se até 1994, após o que passou a denominar-se Comando da Zona Marítima dos Açores⁴ (CZMARA). Este Comando é exercido em acumulação com as funções de Chefe do Departamento Marítimo dos Açores, Comandante Regional da Polícia Marítima e Diretor do Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Ponta Delgada (MRCC⁵ Delgada).

Missões e Natureza Operacional

O Comando da Zona Marítima dos Açores (CZMARA) é um comando de Componente Naval na direta dependência do Comandante Naval.

1 Decreto-Lei n.º 3-771, de 20 de janeiro de 1918.

2 Decreto-Lei n.º 41.988, de 03 de Dezembro de 1954.

3 Portaria n.º 22.541, de 28 de Fevereiro de 1967.

4 Decreto-Regulamentar n.º 39/94 de 01 de Setembro, por força do Decreto-Lei n.º 49/93 de 26 de Fevereiro.

5 Do inglês: *Maritime Rescue Co-ordination Centre* (MRCC).

O CZMARA para além da sua estrutura de comando possui ainda na sua dependência hierárquica o Centro de Comunicações dos Açores (CCA) e o Depósito POL NATO de Ponta Delgada.

Enquanto comando de Componente Naval, compete-lhe a fiscalização dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, na RAA, tendo em vista o exercício da autoridade do Estado através da adoção das medidas e ações necessárias, nos termos da Lei e do Direito Internacional.

No âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, compete ao CZMARA assegurar o funcionamento do MRCC Delgada, enquanto órgão do Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo. O MRCC Delgada funciona assim no âmbito do CZMARA e compete-lhe coordenar as ações relativas a acidentes ocorridos com navios ou embarcações e disponibilizar unidades operacionais para ações de busca e salvamento, nos termos da legislação aplicável, funções que desempenha com os recursos humanos e materiais da secção de operações do CZMARA sendo apoiado, no que às comunicações navais diz respeito, pelo CCA. Como principal meio operacional para cumprimento das suas missões, a Componente Naval tem atribuído, em permanência, um navio (normalmente uma corveta), em regime de rotatividade trimestral. O CZMARA assegura ainda, a articulação com as outras autoridades públicas que intervêm, em razão da matéria, no espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional e assegura a cooperação e aconselhamento naval da navegação, sem prejuízo da competência da Autoridade Nacional de Controlo de Tráfego Marítimo, dos órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional (AMN) e de outras entidades com competências neste domínio.

Assegura ainda, nos termos da lei, a ligação com as forças e serviços de segurança e proteção civil na RAA, em coordenação com o COA e com o Comando Naval.

A Autoridade Marítima Nacional (AMN) nos Açores

A AMN na RAA compreende o Departamento Marítimo dos Açores, as respetivas Capitánias, o Comando Regional da Polícia Marítima dos Açores e os Comandos Locais dependentes.

À Autoridade Marítima na Região compete exercer a autoridade do Estado, designadamente em matéria de fiscalização, policiamento e segurança da navegação, de pessoas e bens, na respetiva área de jurisdição, intervindo em áreas tão distintas quanto são, por exemplo, as ações de proteção civil, inquérito e investigação de acidentes marítimos, verificação administrativa da documentação de navios e embarcações. Incube-lhe ainda a prestação de auxílio e socorro a naufragos e embarcações, fiscalizar os movimentos de navios e embarcações nas águas sob soberania nacional, levantar autos de notícia e instruir processos por ilícitos contra-ordenacionais nas matérias para as quais a lei lhe atribui competência, determinar o estabelecimento de cauções, aplicar medidas cautelares, coimas e sanções acessó-

rias. Há ainda a considerar a emissão de pareceres sobre processos de construção de cais e marinas, bem como de outras estruturas de utilidade pública e privada que se projetem e realizem na sua área de jurisdição, contribuir para a preservação e defesa do património cultural subaquático, contribuir para regulamentação e controlo da atividade balnear e a assistência aos banhistas e efetuar o registo de propriedade de navios e embarcações nacionais, entre outras (AMN, 2015).

Para a prossecução deste desiderato, o Departamento Marítimo conta, para além da sua sede, com seis Capitánias situadas em Ponta Delgada, Horta, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Vila do Porto e Santa Cruz das Flores, e quatro Delegações Marítimas, nas Velas, São Roque, Lajes do Pico e Santa Cruz da Graciosa. Co-localizados com as Capitánias encontram-se outros tantos Comandos Locais da Polícia Marítima e respetivos postos nas ilhas do Pico, S. Jorge, Graciosa e Corvo. O assinalamento marítimo das ilhas do arquipélago é garantido por 19 faróis e cerca de 100 farolins espalhados ao longo da costa, incluindo o ilhéu das formigas. O Departamento Marítimo é ainda responsável pelo apoio ao combate à poluição do mar por hidrocarbonetos, prestando apoio logístico às Capitánias ou assumindo ele próprio o comando das operações a nível regional.

A acumulação de funções do Comandante da Zona Marítima dos Açores, que é por inerência o Chefe do Departamento Marítimo dos Açores e o Comandante Regional da Polícia Marítima, garante a eficiência, integração e otimização operacional e logística de todos os recursos materiais, financeiros e humanos utilizados nas zonas de jurisdição marítima no arquipélago dos Açores.

A Componente Terrestre nos Açores

Breve Resenha Histórica

A origem do Comando da Zona Militar dos Açores remonta a 1836, altura em que, por decreto régio de 30 de novembro é sediado em Ponta Delgada o Quartel-general da 10.^a Divisão Militar⁶. Em 1868 este Quartel-general foi transferido para Angra do Heroísmo, passando aquela divisão a designar-se por 5.^a Divisão Militar⁷.

Em 1884 foi criado o Comando Central dos Açores com sede em Angra do Heroísmo⁸. Em 1901 este Comando passa a designar-se Comando Militar dos Açores (CMA)⁹ que, de acordo com a divisão militar do reino, manteve-se sediado em Angra do Heroísmo¹⁰ até 1917, data a partir da qual foi transferido para Ponta Delgada (CZM, 2014, 9).

6 Exército Português, 1836. Ordem do Exército N.º 53 de 7 de dezembro. Lisboa: s.n.

7 Exército Português, 1968. Ordem do Exército N.º 63 1.ª Série de 4 de novembro. Lisboa: s.n.

8 Exército Português, 1884. Ordem do Exército N.º 20 de 31 de outubro. Lisboa: s.n.

9 Exército Português, 1901a. Ordem do Exército N.º 20, 1.ª Série, de 24 de dezembro. Lisboa: s.n.

10 Exército Português, 1901. Ordem do Exército N.º 22, 1.ª Série, de 28 de dezembro. Lisboa: s.n.

No final da Primeira República, em 1926, foi implementada a ditadura militar em Portugal, assistindo-se a uma nova e profunda reestruturação do Exército. Nos Açores, foi criado o Governo Militar dos Açores¹¹, que em 1937 assumiu a anterior designação de “Comando Militar dos Açores”¹², permanecendo o seu Comando no palácio dos Capitães Generais, em Angra do Heroísmo, até ao dia 3 de dezembro de 1939¹³.

Decorria a Segunda Guerra Mundial, quando na última semana de novembro de 1939, o CMA foi novamente transferido de Angra do Heroísmo para Ponta Delgada onde, a partir de 14 de fevereiro de 1947, ficou definitivamente instalado no Forte de São Brás, onde se mantém até hoje.

Em 1960 e de acordo com a nova estrutura do Exército, foi criado o Comando Territorial Independente dos Açores (CTIA)¹⁴. Quando em 1975, foram separadas as funções do Governador Militar e de comandante do CTIA¹⁵, o Governador Militar passou a designar-se por Comandante-chefe. Nas ocasiões em que os titulares deste cargo eram do Exército, assumiam em acumulação as funções de comandante do CTIA. Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 186/80, de 12 de junho, foi criado o Comando Chefe das Forças Armadas nos Açores e concretizou-se em definitivo a separação de funções desta entidade com o Comando de outros ramos. Em 1977 o CTIA passou a designar-se por Zona Militar dos Açores (ZMILA), designação que mantém até hoje¹⁶.

Missões e Natureza Operacional

À imagem da sua organização, a missão da Componente Terrestre nos Açores variou ao longo do tempo acompanhando a conjuntura do país, no entanto, a sua missão principal foi sempre a de defender o arquipélago. Atualmente, para garantir a defesa imediata do arquipélago, bem como a colaboração na sua vigilância e controlo, em especial de áreas e pontos sensíveis. A ZMILA conta com um Batalhão de Infantaria (BI) na Terceira e outro em São Miguel, onde também se encontra sedado o Comando destas forças que constituem a componente operacional.

A estrutura territorial do Exército nos Açores contempla também um Quartel-General, que tem na sua dependência, dois Regimentos de Guarnição (RG), um na cidade de Angra do Heroísmo (RG N.º 1), na ilha Terceira, e outro na freguesia dos Arrifes (RG N.º 2), na ilha de São Miguel, responsáveis pela organização e apoio

11 Exército Português, 1926. Ordem do Exército N.º 8, 1.ª Série, de 12 de julho. Lisboa: s.n.

12 Exército Português, 1937. Ordem do Exército N.º 9, 1.ª Série, de 13 de outubro. Lisboa: s.n.

13 Comando Militar dos Açores, 1939a. Ordem N.º 96 de 3 de dezembro. Angra do Heroísmo: s.n.

14 Exército Português, 1960. Ordem do Exército N.º 9, 1.ª Série, de 30 de novembro. Lisboa: s.n.

15 Conselho da Revolução, 1975. Decreto-lei 547 de 30 de setembro. Lisboa: s.n.

16 Exército Português, 1977. Ordem do Exército N.º 5, 1.ª Série, de 31 de maio. Lisboa: s.n.

geral, formação, aprontamento e manutenção dos BI. O RG N.º 1 possui, por sua vez, um destacamento na Ilha do Faial, assim como, o RG N.º 2 tem a seu cargo um destacamento na ilha de Santa Maria.

Outra atribuição da ZMILA relaciona-se com execução de missões em apoio ao desenvolvimento, bem-estar e apoio militar de emergência, incluindo o apoio ao SRPCBA.

Para se manter pronta a desempenhar estas missões, a ZMILA desenvolve anualmente um programa de exercícios próprio e participa em diversos exercícios de âmbito regional e nacional. A título exemplificativo, em 2014, as Unidades da ZMA participaram em 14 exercícios, tendo empregado um total de 1669 militares durante 49 dias, permitindo testar o treino e a prontidão das forças, nas temáticas de defesa militar e outras missões de interesse público, nomeadamente no que ao apoio à proteção civil diz respeito.

Face à conjuntura do arquipélago, os exercícios conjuntos assumem uma importância vital no treino das forças da Componente Terrestre. Deste modo, sempre que possível, integram-se os exercícios conjuntos com a Marinha e com a Força Aérea Portuguesa (FAP), nos exercícios setoriais da ZMILA, promovendo o treino para as suas missões principais, aliado ao da projeção de forças e apoio ao SRPCBA.

Ainda no âmbito da atividade operacional, desde 2000, as Unidades da ZMILA têm participado com forças para as Forças Nacionais Destacadas. Salienta-se o envio de um pelotão para a Bósnia em 2000, de três pelotões para Timor entre 2001 e 2003, de seis pelotões para o Kosovo, entre 2005 e 2010, e mais recentemente, seis Secções de Reconhecimento, também para o Kosovo.

Apesar deste forte empenhamento em tarefas de âmbito operacional, a atividade dos militares nos Açores é também marcada pela forte ligação dos militares açorianos à sua população, demonstrada por diversas vezes através do apoio prestado em situações de catástrofe, através do apoio à estrutura Regional de Proteção Civil, com vista à satisfação das necessidades básicas e à melhoria da qualidade de vida das populações.

Neste aspeto, destacam-se os apoios realizados em 1996, com 86 militares e diverso material nas inundações ocorridas na Povoação, em 1997, com 196 militares e diverso material no deslizamento de terras ocorrido na Ribeira Quente e em 1998, no sismo do Pico e do Faial, onde foram empenhados cerca de 170 militares e diverso material durante um período de 5 meses, que acarretou um enorme esforço para as forças do Exército nos Açores, altamente compensado pela gratidão demonstrada pelos habitantes daquelas ilhas.

A ZMILA voltaria a ser novamente chamada em 2005, para apoiar a população nas derrocadas ocorridas na Povoação, em São Miguel, e no acidente marítimo ocorrido com o navio “CP Valour” no Faial. As catástrofes ocorridas na Agualva, em 2009, obrigaram a empenhar 114 militares e diversas viaturas durante três dias e o desli-

zamento de terras em Porto Judeu, em 2013, obrigou a empenhar 73 militares e diverso material durante um período de seis dias.

Esta experiência adquirida ao longo das últimas décadas, permitiu ao Exército, enquanto agente de Proteção Civil e em apoio do SRPCBA, desenvolver um plano específico para apoio à população nos casos de acidente grave, catástrofe ou calamidade, designado por Solidário XXI. Este plano sistematiza as ações a desenvolver pelas diferentes Unidades da ZMILA, colocando ao dispor das populações afetadas um conjunto alargado de capacidades, que permitem realizar ações de busca, salvamento terrestre e remoção de escombros, transporte terrestre, apoio em material e serviço diversos, disponibilização de instalações para alojamento temporário de emergência, distribuição de alimentação e/ou géneros alimentares e abastecimento de água, reforço do pessoal civil no campo da saúde, apoio sanitário de emergência, incluindo evacuação terrestre de sinistrados e de populações afetadas, cooperação na vigilância de pontos ou áreas sensíveis, patrulhas de reconhecimento e segurança de itinerários, perímetros e zona, apoio em comunicações, montagem de um Ponto de Reunião e Irradiação de Desalojados, entre outros (CMA, 2014).

Este plano tem como principais pressupostos a criação de uma Força de Intervenção, com estrutura modular flexível, constituída por Grupo de Comando, Grupo de Apoio e Grupos de Intervenção, constituídos com os meios humanos e materiais existentes nas Unidades adequados a cada situação em concreto, área de responsabilidade e características da zona de sinistro. As forças são empregues de acordo com estados e níveis de alerta, que no auge do seu empenhamento pode atingir 55 equipas de intervenção, num total de 262 militares (CZMILA, 2014).

Além deste elevado número de apoios prestados à população em situação de catástrofe, a relação estreita do Exército nos Açores com a sociedade civil, é diariamente fortalecida, através dos diversos apoios que as Unidades da ZMILA prestam às diversas entidades do arquipélago, bem como através de ações de âmbito social, desportivo e cultural que a ZMILA desenvolve. Salienta-se neste campo, as diversas provas de atletismo, duatlo, corrida e orientação e *trail*, que amiudadas vezes são organizadas e que contam sempre com elevado número de participantes civis. No campo das atividades culturais, destaca-se claramente o elevado número de concertos realizados pela Banda Militar, em diversas escolas, associações e salas de espetáculos da região.

As cerimónias realizadas na região, sob responsabilidade da Componente Terrestre, ou mesmo sendo conjuntas, que contem com a participação de militares do Exército, têm sido um excelente veículo de divulgação da imagem do Exército nos Açores, em virtude de grande parte destas cerimónias se realizarem em espaços públicos e de grande visibilidade. A guarda de honra realizada anualmente, aquando da mudança da imagem, em homenagem ao Senhor Santo Cristo dos

Milagres (maior festa religiosa dos Açores e uma das maiores do país), constitui-se como uma das cerimónias com maior visibilidade das Forças Armadas a nível nacional e internacional devido à transmissão televisiva em direto para a diáspora portuguesa espalhada por todo o mundo.

Todas estas atividades acarretam desafios cada vez maiores, fruto da insularidade, dispersão, infraestruturas antigas e com constantes necessidades de manutenção e conservação e, principalmente, com o decréscimo contínuo de efetivos, mantendo-se praticamente as mesmas missões e atribuições.

Apesar destas dificuldades, a ZMILA, continuará a fazer jus à sua divisa “Sempre Prontos”.

A Componente Aérea nos Açores

Breve Resenha Histórica

Nos primórdios do desenvolvimento da aviação militar, em particular, na perspetiva da Componente Aérea das forças militares, o arquipélago dos Açores passou a constituir uma posição privilegiada no apoio aéreo no Atlântico nas ligações entre Europa, América e até mesmo o Continente Africano.

É compreensível, portanto, que durante a Segunda Guerra Mundial o arquipélago fosse um dos pontos mais cobiçados, quer pelas forças germânicas quer pelos Aliados, ao constatarem estes últimos, que as ilhas estavam praticamente indefesas face a um ataque aéreo.

Assim, precisamente no primeiro ano do conflito mundial, 1939, surge o Aeródromo Militar de Santana, o primeiro aeroporto de S. Miguel, em Rabo de Peixe. No seguimento, em meados de 1941, segue para a ilha Terceira o então Major Humberto Delgado com a missão de acompanhar os trabalhos da implementação de uma pista de aterragem de terra batida nas Lajes.

Concorrentemente, a 4 de junho de 1941, parte de Lisboa com destino aos Açores o cargueiro ‘Mirandela’, transportando duas esquadrilhas das Bases Aéreas da Ota (BA N.º 2) e Tancos (BA N.º 3), da então Aeronáutica Militar. Destas duas Esquadrilhas, a Expedicionária N.º 1 desembarcaria em Ponta Delgada e a Expedicionária N.º 2 desembarcou no cais da Alfândega, na Terceira, tendo os aviões *Gloster Gladiator* MK II, seguido até às Lajes num camião embarcado na capital.

Catorze meses depois, no dia 4 de agosto de 1942, as Forças de Aeronáutica nos Açores passaram a constituir a BA N.º 4, no Aeródromo de Santana, em S. Miguel, e a BA N.º 5, no Aeródromo das Lajes, na Terceira (OS N.º 2, 1942).

No ano seguinte, cumprindo um acordo estabelecido a pedido britânico, Salazar autoriza que a Grã-Bretanha faça utilização dos portos da Horta, no Faial, e Ponta Delgada, em S. Miguel, bem como dos aeródromos das Lajes e de Santana, tendo os britânicos desenvolvido uma série de estruturas para permitirem a aterragem de aviões pesados.

Bastou um mês para demonstrar a importância deste destacamento nas Lajes, já que a 9 de novembro de 1943, aeronaves da *Royal Air Force* (RAF), estacionadas nesta Unidade, neutralizaram o submarino alemão *Uboat 707*, com 51 marinheiros a bordo. Esta unidade naval germânica já tinha afundado dois navios das forças aliadas, levando este episódio a constituir-se como um dos pontos de viragem na Batalha do Atlântico.

Durante a sua permanência na Ilha Terceira, as 39 aeronaves da RAF (30 B-17 e 9 *Hudsons*), que tinham como missão, quase exclusiva, a luta antissubmarina, efetuaram 3115 missões, tendo detetado 38 submarinos, atacado 19 e afundado sete.

Em fevereiro de 1944 é a vez dos EUA se instalarem na Terceira, com destacamentos da FAP, Marinha e Exército e, no início do ano seguinte, transferem o Destacamento para a Ilha de Santa Maria, onde constroem um aeroporto a partir do qual passaram a operar.

A 3 de junho de 1946, após o final da Segunda Guerra Mundial, terminou a cedência da BA das Lajes à Grã-Bretanha. Nesse mesmo dia, o destacamento dos EUA que estava em Santa Maria transferiu-se definitivamente para a Terceira, enquanto o Aeródromo Militar de Santana foi transformado em aeroporto civil.

A 27 de junho de 1946, uma Portaria do Ministério da Guerra refere que a Base Aérea N.º 4 “passará a ter a sua sede no Aeródromo das Lajes”, em virtude da redução gradual dos efetivos em S. Miguel.

Em fevereiro de 1947, é tornada pública uma nota que revela que na base do acordo para cedência das facilidades das Lajes aos americanos, que assim asseguravam a manutenção deste ponto estratégico, estes se comprometiam a ajudar no treino dos portugueses e na aquisição de material. Com este novo enquadramento, a BA N.º 4 manteve a sua importância, enquanto peça-chave no teatro operacional dos EUA e do Ocidente, especialmente depois da criação da OTAN, em 1949, organização da qual Portugal é membro fundador, tendo tido uma grande importância o papel dos Açores na aceitação de Portugal como país fundador daquela organização.

Em 1956, é criada a Zona Aérea dos Açores (ZAA), na dependência da 1.ª Região Aérea, com sede em Lisboa, ficando a BA N.º 4 sob a sua dependência direta, em tempo de paz.

Com a Guerra Fria, foi aumentando o movimento de aeronaves e embarcações norte-americanas pelo arquipélago, assumindo um papel fundamental no conflito do Golfo, durante o qual estiveram deslocados 600 militares americanos e 33 aviões de abastecimento nas Lajes, um número que foi variando em função dos conflitos internacionais em que os EUA estiveram envolvidos, tais como Kosovo, Iraque ou Afeganistão.

A Atividade Aérea Operacional nos Açores

Em 1928, foi atribuída ao Tenente-Coronel Cifka Duarte a responsabilidade de estudar a possibilidade de construir um aeroporto numa das Ilhas dos Açores. A zona

planáltica da Achada, entre Angra do Heroísmo e Lajes, foi a escolhida. Seria desse ponto que, dois anos mais tarde, em 4 de outubro de 1930, se inaugurou o aeródromo da Achada, com a descolagem de um AVRO, monomotor, biplano, com o nome simbólico de 'Açor', tornando-se no primeiro aparelho a descolar de solo Terceirense, sob o comando do Capitão Frederico Coelho de Melo.

O aeródromo sofreu muitas evoluções desde então, tendo sido palco de aterragens e descolagens de várias aeronaves históricas, contando mesmo com várias esquadras da Força Aérea aqui estacionadas.

A primeira Esquadra a efetuar missões de transporte aéreo geral e busca e salvamento foi a Esquadra 41. Mais tarde, a partir de 1976, foram criadas a Esquadra de Transporte e Patrulhamento Marítimo 'Golfinhos' (ESQ. 503), equipada com aviões CASA C-212 AVIOCAR e a Esquadra de Busca e Salvamento n.º 42, posteriormente Esquadra 752, denominada 'Pumas', operando helicópteros SA-330 Puma.

Quando a Esquadra 503 foi desativada, os AVIOCAR passaram a integrar a Esquadra 711 'Albatrozes', que também operava os helicópteros SA-330 Puma, tendo como missão primária a busca e salvamento e o apoio humanitário.

Com o fim da Esquadra 711, em 11 de abril de 2007, foi então constituído o Destacamento Aéreo dos Açores (DAAC212) atribuído à Esquadra 502 'Elefantes', então sediada em Sintra.

A 5 de abril de 2011 o SA-330 PUMA, operado pela Esquadra 752, termina a sua atividade operacional, ao fim de 34 anos de serviço nos Açores e o desempenho de missões passa então a ser da responsabilidade da Esquadra 751 'Pumas', colocada na BA N.º 6 do Montijo, igualmente, em regime de destacamento (DAAEH101), agora já a operar os novos EH-101 MERLIN.

Merece igualmente, especial referência, a passagem pela BA N.º 4 da esquadra 301 'Jaguares', também proveniente, na altura, da Base Aérea N.º 6 no Montijo, ficando em destacamento permanente a partir de agosto de 1980. Este destacamento estaria na origem da formação da Esquadra de Ataque 303 'Tigres', na BA N.º 4, em 13 de janeiro de 1981, tendo como aeronave o avião de combate, de ataque ao solo, Fiat G-91, sendo atribuída a esta esquadra a missão de defesa e patrulhamento da ZEE, numa vastíssima área marítima, para o qual os Fiat G-91 apresentavam limitações em termos de autonomia. Embora operando exemplarmente durante nove anos, esta Esquadra viria a ser desativada a 13 de janeiro de 1990, tendo os aviões regressado à Esquadra 301, no Montijo.

Ainda no âmbito da atividade operacional da Componente Aérea, cabe ao Comando da Zona Aérea dos Açores (CZAA): (1) assegurar as relações com as forças estrangeiras estacionadas na BA N.º 4; (2) assegurar o respeito pela soberania nacional nos termos consagrados nos acordos internacionais estabelecidos; (3) gerir o transporte de passageiros e de carga, em aviões militares, entre o CZAA e o continente; (4) planear, dirigir e controlar a prontidão dos sistemas de armas, quando atribuí-

dos e, ainda, (5) controlar e coordenar as ações de Busca e Salvamento nas áreas de responsabilidade que lhe estão atribuídas.

As unidades aéreas destacadas na BA N.º 4 desempenham, ainda, um papel preponderante no apoio às populações e autoridades civis locais, nomeadamente através das evacuações sanitárias e do transporte inter-ilhas.

Devido à sua complexa missão, o Comandante da ZAA tem três dependências, consoante o enquadramento em questão. Em assuntos de natureza operacional de atividade regular, depende do Comando Aéreo. Quando o assunto se enquadra na natureza operacional de articulação de Forças atribuídas no Arquipélago, está dependente do COA e por último, no que refere à defesa do acordo entre Portugal e os EUA e, no relacionamento direto com as Forças Americanas destacadas na BA N.º 4, depende diretamente do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Na vertente operacional e no âmbito das suas atribuições, importa realçar a missão e atividades da ZAA em estreita coordenação com a BA N.º 4, na resposta que em contínuo dão às mais variadas solicitações, seja em termos de busca e salvamento, seja em evacuações médicas por via aérea, quer a acidentados em navios quer diretamente em apoio às populações açorianas, nas nove ilhas do arquipélago.

Importa sobretudo relevar que Portugal é responsável por efetuar missões de busca e salvamento numa área de 5.646.547 km² dos quais 4.926.350 km² (87%), são monitorizados pelo Centro Coordenador de Busca e Salvamento (RCC) das Lajes, em cooperação com o MRCC de Ponta Delgada, esforço que representa uma área igual a 52 vezes o Portugal continental.

Deste modo, com meios humanos e materiais dedicados e, após a receção de um pedido de socorro, no RCC Lajes, são iniciados todos os mecanismos para a missão, desde a identificação das coordenadas geográficas, distância do meio a socorrer, número de pessoas em situação de emergência e obstáculos existentes, ao mesmo tempo que são ativadas as tripulações das aeronaves destacadas para esse efeito, atualmente um avião C-295M e dois helicópteros EH-101 MERLIN.

Perante este desafio, é assinalável a continuada excelência da prestação da FAP ao longo dos anos, de que é um bom exemplo o ano de 2014, em que foram realizadas 32 missões de busca e salvamento, das quais resultaram 40 vidas salvas e no corrente ano, até meados de maio, foram já resgatadas 15 pessoas, em 18 missões.

Por seu turno, o Centro de Operações Aéreas da BA N.º 4 coordenou, no âmbito do protocolo estabelecido entre o Governo Regional e a FAP, um total de 192 evacuações médicas, contabilizando, no presente ano, 123 evacuações, 40 a cargo da esquadra 751 'Pumas', no helicóptero EH-101 MERLIN, e 83 pela esquadra 502 'Elefantes', através do C-295M.

A par destas missões, como registo da singularidade e especificidade das missões nos Açores executadas, registaram-se ainda 34 nascimentos a bordo de aeronaves

da FAP no arquipélago, com o primeiro a ser registado há 22 anos, a 13 de julho de 1993, durante o transporte numa aeronave C-212 AVIOCAR e, o mais recente, a 21 de junho de 2015, a bordo dum C-295M, quando se efetuava o transporte de uma grávida em trabalho de parto de Santa Maria para São Miguel¹⁷.

De salientar, ainda, o apoio que é prestado às aeronaves que utilizam a BA4 como aeródromo alternante em situações de emergência médica ou avarias mecânicas, tendo-se registado, em 2014, 21 emergências de âmbito médico e nove de natureza técnica, a que a BA N.º 4 respondeu com pronto apoio.

Face à especificidade do Teatro Operacional dos Açores e para o desempenho da sua missão, a Força Aérea Portuguesa (FAP) mantém, neste arquipélago, uma estreita articulação com entidades civis, nomeadamente, com o SRPCBA. Já na articulação com Marinha e Exército, existe um plano conjunto que visa a avaliação de ameaças e medidas de mitigação das mesmas, na dependência do COA, de forma a garantir a Soberania Nacional e a segurança das populações.

Como referência do esforço já mencionado, foi preponderante a intervenção da FAP no forte sismo que abalou as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge, a 1 de janeiro de 1980. Na catástrofe, da qual resultaram 61 vidas perdidas e 15.587 desalojados. Ficaram expostos à violência do epicentro do abalo, na costa Norte da ilha de São Jorge, os habitantes da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, que ficaram isolados durante três dias. Depois de várias tentativas de evacuação por mar, só ao fim de 72 horas foram salvos pelos helicópteros da FAP, numa altura em que não existiam serviços de Proteção Civil organizados nos Açores.

Nesta, como em outras circunstâncias, tem os Açores e a sua gente contado e poderá continuar a contar com a presença qualificada, dedicada e abnegada da FAP, que interiorizando a importância das múltiplas missões executadas, em contínuo, neste arquipélago, capitaliza, sobretudo, no valor da dimensão humana e técnica do seu pessoal para responder, onde e quando necessário, às solicitações inerentes à especificidade, desta singular parcela do nosso território.

Considerações Finais

A importância geoestratégica do arquipélago dos Açores é inquestionável, qualquer que seja o ângulo que observemos. Verifica-se que assim foi no passado, que o é atualmente e que, no futuro, serão grandes os desafios. Tendo em conta a anterior constatação e indo ao encontro do objetivo do presente artigo, onde se pretendeu dar a conhecer as principais entidades militares implantadas nos Açores, abordando o seu historial, missões atribuídas e organização, verificou-se a importância da presença das Forças Armadas possuem na Região.

¹⁷ Dados referentes a 24 de junho de 2015.

Na realidade, o papel no cumprimento da missão da defesa e manutenção da integridade territorial, que se constitui o seu *core*, a fiscalização e a busca e salvamento, mas também, não menos importante, o apoio em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade pública e as tarefas que vão no sentido da satisfação das necessidades básicas e a melhoria de qualidade de vida das populações.

O trabalho desenvolvido pelas suas componentes, em ligação com os respetivos Ramos e em coordenação com o COA, tem provado ser, para além de meritório, muito necessário.

Cada componente, com as suas naturais especificidades e capacidades, possuem uma cultura de “conjunto” que é operacionalizada pela estrutura superior no arquipélago, ou seja, pelo COA. Esta filosofia conjunta é treinada e operacionalizada através de treino operacional específico de cada Componente e de treinos e exercícios conjuntos. Para fazer face aos desafios futuros, para além do ajustamento de meios, que já no presente são exíguos e que deverão ser analisados, tendo em vista as novas realidades e reptos, consideramos que a resposta mais assertiva passará pela continuação da agilização das estruturas atuais com vista à atualização e manutenção duma capacidade de comando e controlo de nível operacional, que permita ultrapassar dificuldades e ameaças, de qualquer natureza, de forma eficiente e eficaz.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Onésimo Teotónio de (coord.) (1983). *A Questão da Literatura Açoriana: Recolha de Intervenções e Revisitação*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura. Disponível em http://literaturaacoriana.com.sapo.pt/Acorianidade_Nemesio.pdf.
- Autoridade Marítima Nacional (AMN) (2015). *Enquadramento Legal*. Disponível em <http://www.amn.pt/AMN/Paginas/Missao.aspx>.
- Comando Militar dos Açores (CMA) (1939a.) *Ordem N.º 96, de 03 de dezembro*. Angra do Heroísmo: s.n.
- Comando Militar dos Açores (CMA) (1939b). *Ordem N.º 97, de 04 de dezembro*. Ponta Delgada: s.n.
- Comando Militar dos Açores (CMA) (2014). *Anuário*. Ponta Delgada: s.n.
- Comando Militar dos Açores (CMA) (2014). *Plano Solidário XXI*. Ponta Delgada: s.n.
- Conselho da Revolução (1975). *Decreto Lei 547, de 30 de setembro*. Lisboa: s.n.
- Conselho de Ministros (CM) (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/909457/20130405_cedn_publicacao_oficial.pdf.
- Cunha, Tiago Pitta e (2004). *A Importância Estratégica do Mar para Portugal*. Disponível em http://www.cienciaviva.pt/img/upload/NeD108_TiagoPittaeCunha.pdf.

- Diário da República (DR) (1918). *Decreto-Lei n.º 3.771*, de 20 de janeiro.
- Diário da República (DR) (1953). *Decreto-Lei n.º 39.390*, de 19 de outubro.
- Diário da República (DR) (1954). *Decreto-Lei n.º 41.988*, de 03 de Dezembro
- Diário da República (DR) (1993). *Decreto-Lei n.º 48/93*, de 26 de Fevereiro.
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) (2014). *Importância do Projeto de Extensão da Plataforma Continental*. Disponível em <http://www.emepc.pt/importancia-do-projeto>.
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) (2014b). *A Submissão Portuguesa*. Disponível em <http://www.emepc.pt/a-submissao-portuguesa>.
- Escorrega, Luís Carlos Falcão (s.d.). *Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Atual Contexto Estratégico*. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=557.
- Exército Português (Ex) (1836). *Ordem do Exército N.º 53*, de 07 de dezembro. Lisboa: s.n.
- Exército Português (Ex) (1884). *Ordem do Exército N.º 20*, de 31 de outubro. Lisboa: s.n.
- Exército Português (Ex) (1901a). *Ordem do Exército N.º 20*, 1ª Série, de 24 de dezembro. Lisboa: s.n.
- Exército Português (1901). *Ordem do Exército N.º 22*, 1ª Série, de 28 de dezembro. Lisboa: s.n.
- Exército Português (1926). *Ordem do Exército N.º 8*, 1ª Série, de 12 de julho. Lisboa: s.n.
- Exército Português (1937). *Ordem do Exército N.º 9*, 1ª Série, de 13 de outubro. Lisboa: s.n.
- Exército Português (1960). *Ordem do Exército N.º 9*, 1ª Série, de 30 de novembro. Lisboa: s.n.
- Exército Português (1968). *Ordem do Exército N.º 63*, 1ª Série, de 04 de novembro. Lisboa: s.n.
- Exército Português (1977). *Ordem do Exército N.º 5*, 1ª Série, de 31 de maio. Lisboa: s.n.
- Ferreira, José Medeiros (1979). *Reflexões Sobre a Importância Estratégica das Ilhas Atlânticas: Sua Permanência e Evolução Histórica*. Disponível em http://comun.rcaap.pt/bitstream/123456789/2920/1/NeD013_JoseMedeirosFerreira.pdf.
- Ferreira, José Medeiros (2011). "A Isóbare dos Açores". *Relações Internacionais* N.º 32. Disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-9192011000400010.
- Grupo de Esquadrilhas N.º 2 (1942). *Ordem de Serviço de 04 de Agosto*. Lajes.
- Huawei Marine (2015). *Submarine Cable Map*. Disponível em <http://www.submarinecable-map.com/>.
- Larson, Eric V., et al. (2004). *Assuring Access in Key Strategic Regions Toward a Long-Term Strategy*. Santa Monica: RAND Corporation. Disponível em http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2004/RAND_MG112.pdf.
-

- Meneses, Avelino de Freitas de (2009). *Os Açores e os Impérios Séculos XV a XX*. Disponível em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1237/1/AvelinoFreitasMeneses_p205-218.pdf.
- Momentos de História (2013). *Açores na Grande Guerra*. Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm.
- Moreira, Adriano e Pinto Ramalho (coord.) (2011). *Estratégia*. Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Lisboa: ACMA.
- Ministério da Guerra (1946). *Portaria de 27 de junho*. Lisboa.
- Nogueira, José Manuel Freire (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos.
- Rodrigues, Alexandre Reis (2014). “Os Desafios da Plataforma Continental: Visão Estratégico-Militar”. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. Disponível em <http://database.jornaldefesa.pt/estrategias/JDRI%20117%20271114%20seguranca%20mar.pdf>
- Rezendes, Sérgio Alberto Fontes (2014). *A Grande Guerra nos Açores*. Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições.
- Rodrigues, Alexandre Reis (2014). “Portugal e o Atlântico”. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. Disponível em <http://database.jornaldefesa.pt/estrategias/JDRI%20053%20080513%20atlantico%20para%20portugal.pdf>.
- Soares, Paulo (2012). *A Importância Estratégica da Posição do Arquipélago dos Açores no Âmbito das Relações Transatlânticas*. Lisboa: Academia Militar.
- Telo, António J. (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*. Lisboa: Edições Asa.